



Sônia Salzstein

Excursão

Pareceu-me oportuna a divulgação, nas páginas de uma revista universitária, de uma fala que toca em questões urgentes no debate artístico e cultural que se trava no país, a despeito de ter sido produzida *ad hoc*, na rarefação dos rituais do ambiente acadêmico, e de trazer à tona, de modo incontornável, a particularidade biográfica da candidata. As questões dizem respeito, de modo geral, à pergunta sobre a contribuição que a universidade pública tem a dar, mormente seus setores das assim chamadas humanidades, na formação de uma inteligência brasileira nas áreas de arte e cultura. A fala do professor aporta uma reflexão certa e provocante a esse debate, e seu ceticismo nos mobiliza a pensar onde mais poderia se realizar, ou melhor, sob que condições poderia se realizar, hoje, a tarefa da formação crítica que durante dois séculos foi delegada, por excelência, à universidade.

Um dos aspectos principais colocados em discussão por Leopoldo diz respeito à ênfase com que em meu memorial aparece a ideia de *formação* e à intervenção produtiva, apesar dos pesares, que proponho para a universidade a esse respeito. Não era para menos: o concurso para a titularidade apresentou-se a mim como o lugar mais estimulante, do ponto de vista acadêmico, para a problematização de um assunto de que venho tratando há mais de duas décadas, tendo sido abordado de forma mais sistemática pela primeira vez em meu trabalho na dissertação de mestrado, que defendi em 1994 – *Arte, instituição e modernização cultural no Brasil* –, e revisitado numa tese de doutoramento e em meu memorial de livre-docência.

Em sua arguição, o professor observa que o modelo humboldtiano que havia inspirado a universidade moderna trazia a promessa de apreender criticamente a totalidade da forma social, em resposta e como resistência mesmo ao processo crescente de especialização do conhecimento premido pela sociedade industrial. Entretanto, reportando-se a um depoimento sombrio de Max Weber proferido em 1917, Leopoldo logo tratava de acrescentar que, como a universidade na era moderna estava umbilicalmente ligada àquele processo, cedo ou tarde seu projeto humanista se mostraria corroído de dentro, o ideal da formação reduzido à profissionalização e tecnicização do pensamento, já naquele início do século XX.

A tradição humanista à qual meu texto lhe pareceu filiado havia, então, fenecido há muito. Não obstante concordar com o professor

no que diz respeito à retórica vazia a que recende a associação automática entre “Universidade” (assim mesmo entre aspas, para indicar a presunção à universalidade dos conceitos) e “tradição humanista”, admito que parte substancial do memorial apresentado por mim empenha-se em repor o tema da formação na ordem do dia da agenda contemporânea e sustenta que a universidade pública deve ambicionar, hoje, em nosso país, o lugar crucial dessa formação, que de outro modo parece fadado a uma debilidade crônica, esvaziado pela demanda da profissionalização e especialização aceleradas do setor cultural, este, ainda por cima, demasiado poroso, no Brasil, às forças do mercado. Cabe observar, de passagem, que, se o texto endereça à universidade boa parte de suas expectativas de revigoramento crítico do pensamento, eu emprego formação em sentido amplo, e estou longe de pressupor um papel exclusivo da instituição universitária neste almejado revigoramento.

Lembro, igualmente, que meus argumentos não se atêm ao significado mais forte de que o termo “formação” se reveste para os brasileiros, termo historicamente ligado ao horizonte de um projeto de nação, de reflexão sobre o contencioso que o passado colonial e a condição renitente da dependência viriam legar ao verdadeiro processo da *formação* de uma nação emancipada. Embora reconheça a presença latente desse horizonte em minhas preocupações, no memorial pretendi, diferentemente, interrogar o sentido *tout court* que possa ter a palavra “formação” na atualidade. Trata-se da *formação* do pensamento como uma complexidade estética e cultural capaz de se consubstanciar em práxis, em primeiro lugar, para fazer frente à depreciação vigente da instituição da *crítica* – esta instituição que herdamos aos modernos e que é a dimensão propriamente filosófica do pensamento, *formação* da crítica pelo bem da própria crítica, não como “instrumento” para alguma outra coisa. Em segundo, para confrontar a reordenação em curso das formas de produção de conhecimento e a insuficiência do campo disciplinar tradicional para lidar com elas.

Ao longos dos anos tenho defendido a ideia de que a questão da *formação*, além de enunciar problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que mudaram o curso da história brasileira, acresce-se de sentidos novos e urgentes no cenário internacional da cultura. Sabe-se o quanto propalados foram, nas últimas décadas, os discursos da “acessibilidade” e da “participação” na arte e na cultura, muito frequentemente encampados como pauta social por instâncias governamentais e corporativas (escusado dizer que em proporção direta ao desprestígio crescente de políticas públicas). Um dos efeitos desses discursos – no memorial discuto o assunto em maior detalhe – é elidir aquilo ao que afinal se reivindica

o acesso e em que se presume celebrar a participação. Afinal, exalta-se o direito de participar em quê, e a quê se trata de prover o acesso? A agenda do “acesso” e da “participação”, subtraída do problema da formação, parece perder, enfim, seu gume estético e político, e não por acaso tendeu sempre mais a ser equacionada, nas últimas décadas, como uma reivindicação de inclusão para o consumo.

Como se sabe, essa agenda veio à tona no início da década de 1980, na esteira dos diagnósticos cerrados que então se faziam do legado da modernidade e do modernismo e na onda da “desconstrução” daquilo que se trivializou com o epíteto de “metafísica do autor”. Sem entrar no mérito da variedade de interesses ideológicos mobilizados nesse contexto, e da aura publicitária que muitas vezes o incitou, cabe, em primeiro lugar, reconhecer que o debate levou ao reconhecimento de dimensões emancipadas da cultura de massa – de sua plasticidade para fazer dialogar o erudito e o comercial e para sedimentar formas vernaculares da vida coletiva – e com isso obrigou a uma revisão das análises catastrofistas a que correntes de esquerda tradicionalmente lhe dedicaram.

Mas, se é preciso admitir que houve, no rescaldo dos debates do multiculturalismo e do pós-modernismo, uma notável renovação na abordagem da cultura de massa (e que com ela se impôs a necessidade de uma drástica revisão terminológica, a começar da própria expressão “cultura de massa”), nem por isso se pode retirar de pauta a questão da *autoria* – que é, eminentemente, uma questão ligada à instância da *formação*, isto é, à constituição de sujeitos autônomos e critérios de julgamento. A denúncia da “metafísica do autor” não deve desqualificar, dessa maneira, o debate em torno da autoria, esse momento inteiriço, irredutível a dualismos, que assinala o autor como o primeiro “receptor” de sua obra e, de modo recíproco, o “receptor” como o autor indefinidamente repostado de novas obras. Entre eles, vibra um processo de *formação*, em irradiação contínua. Aí está um pouco da intrincada rede de temas e subtemas a que pode nos levar hoje a discussão do termo que apareceu com tanta ênfase em meu memorial.

Agradeço a paciência do leitor, a quem proponho estabelecer novos nexos nessa discussão e, novamente, ao professor Waizbort, pelas valiosas observações e pela generosidade em autorizar-nos a publicação de sua arguição.